

TRANSFORMAÇÕES DO PORANTIM, DE BOLETIM A JORNAL (1978-1979)

STEFANY CAROLINE PANTOJA AMORIM¹; ELIANE CRISTINA DECKMANN FLECK²

¹Universidade Federal de Pelotas – carolinepanamorim@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ecdfleck@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O jornal Porantim foi criado em 1979 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que atua em prol da causa indígena, com o intuito de expor as condições em que os indígenas estavam submetidos e os crimes cometidos nas aldeias indígenas, haja vista que, nesse período estava em vigor o regime ditatorial militar no país, logo, havia a tentativa de silenciamento pelos militares das circunstâncias vivenciadas nas comunidades. Assim, em virtude de seu caráter denunciativo e informativo, e por ser um dos pioneiros a abordar as questões referentes aos autóctones, o periódico destaca-se como um importante veículo midiático indigenista.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo apontar as transformações no decurso da transição do Porantim, de boletim informativo para jornal, isto é, de seu surgimento, em 1978, até 1979, ano em que se tornou jornal. Para isso, utilizam-se as concepções de Luca (2008), Capelato (2015), Barros (2022) e Karawejczyk e Speranza (2024), tendo em vista que ilustram os cuidados necessários para usufruir dos periódicos enquanto fontes e objetos históricos. Ademais, ressalta-se as poucas produções historiográficas que tratam o jornal enquanto objeto. Somente a pesquisa da comunicadora social, Regina Maria Luz Vieira, aborda este periódico como objeto de pesquisa em seu livro, fruto de sua dissertação, intitulado “*O Jornal Porantim e o indígena*” (2000), na qual analisou as edições publicadas entre 1980 e 1991, a fim de compreender o papel do Porantim na divulgação das questões que tangem aos nativos.

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade em fomentar as produções historiográficas que utilizam o jornal Porantim como objeto. Além disso, mostra-se pertinente por promover a discussão sobre os procedimentos necessários para trabalhar com jornais como fontes e objetos históricos.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada será baseada nas proposições de Capelato (2015), Barros (2022), Luca (2008) e Speranza e Karawejczyk (2024), tendo em vista que os referidos autores apresentam questões basilares para analisar os jornais enquanto objeto. Capelato (2015, p. 115) alega que “a análise do jornal pressupõe uma avaliação crítica, devendo se considerar as circunstâncias históricas, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores”, isto é, deve-se considerar o externo ao jornal, o período em que ele foi produzido e a sua relação com este contexto, as discussões que estão em evidência e quais o periódico escolhe por destacar. De modo semelhante, Karawejczyk e Speranza (2024) alertam para o caráter “neutro” que os jornais apresentam apresentar, posto que os jornalistas se colocam como indivíduos que possuem a responsabilidade de noticiar a realidade de forma transparente, tal como é, no entanto, expõem uma “construção

baseada no real, mas também subordinada a diversos outros fatores, tanto de ordem formal quanto de interesses objetivos” (Karawejczyk; Speranza, 2024, p. 25).

Nesse sentido, é necessário compreender os elementos essenciais que compõem um jornal e as questões que o envolvem, buscando responder: Qual sua periodicidade e seu alcance? Quem são os indivíduos que o produzem? Qual é o seu público alvo? Quais são os assuntos abordados e evidenciados? Quais são as suas influências e os jogos de poder que o envolvem? (Barros, 2022). As respostas a essas perguntas permitem que o historiador consiga ter maior clareza sobre a produção do jornal, seu formato e o teor ideológico propagado pelo periódico, tendo em vista que refletem na escolha dos produtores sobre o que decidem transformar em “acontecimento” (Karawejczyk; Speranza, 2024). Isso se evidencia na seleção das manchetes e das imagens e, principalmente, na sua localização e seu tamanho. Portanto, estes periódicos produzem narrativas direcionadas ao seu público, a fim de ressaltar assuntos que julgam mais pertinentes, pois “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos topográficos e de ilustração que os cercam” (Luca, 2008, p. 140).

Para Pinto (2022), os discursos jornalísticos são constituídos por normas e convenções próprias de seu gênero, com o intuito de conquistar o reconhecimento e validação de seus pares e leitores, por isso, estão “[associados] a um ponto de vista e lugar de fala, bem como a um conjunto de complexidades.” (Barros, 2023, p. 19), ou seja, ainda que o jornal seja permeado por escolhas ideológicas dos seus produtores, permanece condicionado ao contexto em que está inserido, tanto os preceitos de seu gênero quanto ao período histórico em que está sendo produzido. Por essa razão, é necessário que o pesquisador esteja ciente que estes periódicos apresentam apenas uma versão da realidade, que está submetida a uma complexa rede interna e externa ao jornal, haja vista que “o texto jornalístico precisa ser problematizado e contextualizado” (Karawejczyk; Speranza, 2024, p. 37) para ser realizada uma efetiva análise crítica sobre o periódico.

Nesse sentido, a análise das transformações do *Porantim*, de boletim para jornal, privilegiará as mudanças na diagramação, no layout, na forma de impressão e demais características. Para tanto, serão utilizadas as edições digitalizadas de 1978 a 1979 disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decurso da década de 1970, surge na América Latina, a Teologia da Libertação, corrente que busca romper com os “conceitos tradicionais da Igreja institucional introduzindo na história da Igreja ideias de igualdade social e direitos humanos” (Noronha, 2012, p. 185), a partir de uma evangelização política, que atue em conjunto com os oprimidos para os auxiliar na sua libertação das amarras do capitalismo e demais formas de opressão. Sob a sua influência, em 1972, durante a ditadura civil-militar, é criado o CIMI, com o objetivo de atuar em prol dos povos indígenas, servindo como “uma forma de articulação, animação e coordenação das atividades missionárias junto aos índios, na forma de Conselho” (CIMI, 1997, p.11), haja vista que neste período os nativos eram considerados uma forte ameaça ao desenvolvimento econômico nacional, sendo submetidos, portanto, às medidas estatais visando seu controle econômico e social, tais como a remoção de suas terras, integração forçada ou extermínio, entre outras ações.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) expõe que, apesar de sempre ter existido a omissão e a violência direta do Estado contra as comunidades originárias, na ditadura houve o aumento das violações aos direitos humanos nas aldeias indígenas, sendo realizadas torturas, assassinatos, abusos físicos e sexuais, o esbulho de suas terras e o etnocídio. O crescimento dessa violência está diretamente relacionada ao projeto indigenista integrationista estatal, que defendia que os nativos deveriam abandonar a sua cultura e o seu modo de vida para serem integrados à sociedade não-indígena, o que ocasionaria na desocupação das terras indígenas e, por conseguinte, na efetiva implementação do projeto de desenvolvimento nacional. Nesse cenário, o CIMI cria veículos midiáticos com o intuito de evidenciar “a realidade desses povos na opinião pública nacional e internacional, através de frequentes denúncias da violação de seus direitos: invasão das terras, saque das riquezas naturais, exploração da mão-de-obra indígena, repressão contra suas manifestações” (CIMI, 1997, p.12), entre eles: o Porantim.

No editorial de sua primeira edição, sob a forma de boletim informativo, é esclarecido que o Porantim, definido como “instrumento de trabalho, arma e memória” (Porantim, 1978, p. 1), foi criado em 1978 no IV Curso de Indigenismo, visando fortalecer a presença do CIMI na região norte, servindo apenas para estabelecer a comunicação entre os missionários sobre as circunstâncias degradantes nas aldeias e ofertar cursos de formação para a Pastoral Indígena. Assim, o Porantim inicia com uma produção artesanal, contendo editorial não assinado, carta aos leitores, notícias e manchetes de jornais sobre as populações nativas e críticas ao que é exposto nestas matérias, pronunciamentos da Igreja Católica sobre a atividade missionária e declarações de antropólogos, indígenas e membros da Igreja a respeito das questões em evidência, como a emancipação dos povos indígenas.

Posteriormente, o boletim adquire a cada edição novas seções e elementos. Em junho, foram inseridas as cartas dos leitores, sugestões de bibliografias e entrevistas com indígenas; em julho, surgiram as manchetes na capa, notícias adquiridas pelos seus correspondentes, charges e uma coluna denominada “Deu nos jornais”, na qual é realizada uma listagem sobre todas as matérias a respeito dos povos indígenas que foram noticiadas pela grande imprensa. Na edição conjunta de agosto e setembro, o periódico apresentou uma capa mais organizada, semelhante às de jornais, e em outubro, incluiu informações sobre o seu expediente e de que maneira pode ser feita a “colaboração”, isto é, a compra do boletim.

Em 1979, o Porantim passa por mais transformações em sua estrutura. Em janeiro, surge a coluna “Porantim agenda”, em que são listados os compromissos referentes às discussões sobre os povos indígenas e, em junho, o boletim se torna jornal, haja vista que é a primeira edição em que há a presença de características típicas do gênero jornalístico, como a precificação do periódico na capa; a retirada do termo “órgão informativo”, presente em todas as edições anteriores; editoriais assinados; o layout mais organizado; e a impressão não mais artesanal. Ainda em junho, há a criação de seções temáticas, como: história, cultura, educação, teologia, arte (literatura e teatro), medicina e resenhas de obras sobre os autóctones, além da nova coluna, “Página aberta”, espaço composto por artigos de opinião e notícias enviadas pelos leitores.

Logo, em razão da necessidade de o CIMI de assumir um caráter mais informativo e denunciativo, com maior alcance, o Porantim adota aspectos formais do jornalismo para intensificar a sua atuação enquanto periódico que coloca o indígena como protagonista e evidencia suas lutas. Tendo em vista que, na ditadura

militar, a questão indígena tinha pouca visibilidade na mídia hegemônica, o jornal contribuiu para aproximar a sociedade não-indígena da realidade das comunidades originárias e de seus aspectos culturais. Assim, embora pertença à mídia alternativa e não tenha a repercussão da grande imprensa, o Porantim conquistou o alcance nacional e internacional, ainda que limitado aos pequenos grupos que se interessam pela causa indígena brasileira, e consolidou-se como um dos primeiros veículos midiáticos alternativos que se insere nas discussões coletivas sobre os povos indígenas e a política indigenista brasileira.

4. CONCLUSÕES

O Porantim é um periódico de suma importância para a historiografia indígena, principalmente no que tange à política indigenista, e para a história da imprensa, tendo em vista seu pioneirismo e o momento em que foi criado, um período da história do país marcado pela censura e a deliberada violência contra os povos indígenas, praticada pelos aparelhos estatais que atuavam em prol da política desenvolvimentista. Assim, o presente estudo, ainda que limitado pelo acesso aos periódicos somente por meios digitais, permite que seja possível identificar as transformações na estrutura do Porantim e seu compromisso como um veículo midiático que atua em prol dos nativos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J. A. **O jornal como fonte histórica**. Editora Vozes, 2023.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 114-136. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002712742>. Acesso em: 22 dez. 2024
- CIMI. **Relatório Geral de Avaliação**: contribuições sistematizadas a partir das bases. Brasília: CIMI, 1997. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-geral-de-avaliacaodo-cimi-contribuicoes-sitematizadas-partir-das-bases>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- KARAWEJCZYK, M.; SPERANZA, C. História e Imprensa: Apontamentos Iniciais para uma pesquisa histórica. In: MARTINS, L. C. P.; KARAWEJCZYK, M.; KRILOW, L. S. W. (org.). **Mídias e história**: metodologias e relatos de pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2024. p.17-39.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111153
- NORONHA, C. U. A. Teologia da Libertação: Origem e desenvolvimento. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185 – 191, 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307>. Acesso em: 10 ago. 2025
- PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discurso. 2 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- PORANTIM. **Boletim informativo de missionário e índios** – Maio de 1978. Porantim. Manaus, 1978, n 1. Boletim. Disponível em: <https://app.docvirt.com/hemeroindio/pageid/3004>. Acesso em: 20 nov. 2024